

Apresentação

Hebe Mattos

O *Dossiê Patrimônio e Memória da Escravidão Atlântica* começou a ser planejado há quase dois anos, quando eu voltava de um estágio de pós-doutorado na França, onde tive a oportunidade de participar com Bogumil Koss Jewsiewicki na iniciativa de organizar o primeiro “Festival Internacional do Filme de Pesquisa sobre Patrimônio e Memória da Escravidão Moderna”.¹ Como titular da cátedra de história comparada da memória na Universidade de Laval, no Canadá, Jewsiewicki mantinha em Paris um importante seminário sobre história da memória na EHESS (École des Hautes Etudes en Sciences Sociales), em conjunto com Philippe Joutard, da Universidade de Aix-en-Provence. Desde 1994, eu desenvolvia no Laboratório de História Oral e Imagem o projeto de documentação e pesquisa *Memórias do Cativo*, que já havia dado origem a um livro, com Ana Lugão Rios², diversos acervos audiovisuais abertos à consulta (www.historia.uff.br/jongos) e dois filmes: *Memórias do Cativo* e *Jongos, Calangos e Folias*, desenvolvidos em parceria com Martha Abreu.³ Tive a oportunidade de discutir os filmes e demais resultados do projeto junto ao Centre d’Etudes du Brésil et de l’Atlantique Sud, da Universidade de Paris IV e ao CRBC - Centre de Recherche du

¹ A primeira edição do festival itinerante teve início em abril de 2008 em Toronto, Canadá, sob auspícios do Harriet Tubman Resource Centre for the African Diaspora da Universidade de York. Depois repetiu-se em mais 10 cidades no Canadá, França, Senegal, Burkina Faso e Brasil. A edição brasileira ocorreu em novembro do mesmo ano na Universidade Federal Fluminense e no Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro.

² Rios, Ana Lugão e Mattos, Hebe. *Memórias do Cativo. Família, Trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³ Abreu, Martha e Mattos, Hebe (direção geral). *Memórias do Cativo*, produção LABHOI/UFF 2005 e *Jongos, Calangos e Folias. Música Negra, memória e poesia*. Produção LABHOI/UFF, Patrocínio Petrobras, 2007.

Brésil Contemporain e ao CIRES – Centre International de Recherche sur les Esclavages, na EHESS. O festival do filme de pesquisa surgiu de certa forma da rede então constituída e marcou, para mim, o início de uma reflexão comparada sobre história da memória da escravidão nas antigas sociedades escravistas do mundo atlântico.

O impacto na África do processo de patrimonialização da memória da escravidão a partir do projeto *Rota dos Escravos* da UNESCO e os debates em curso entre historiadores e cientistas sociais franceses sobre explosão memorial e dever de memória estavam, sem dúvida, na base da reflexão. Principalmente, a presentificação da memória da escravidão e sua apropriação política por movimentos antiracistas no Brasil e na França emprestavam novas nuances às complexas relações entre história da escravidão, memória e usos políticos do passado. O presente dossiê foi pensado na perspectiva de contribuir para aprofundar a compreensão de tais relações, levando em consideração o estado atual da discussão no campo da história e das ciências sociais no Brasil.

Para a escolha dos artigos, parti de uma definição simples de memória: a presença do passado no presente. Os artigos do dossiê procuram refletir sobre a multiplicidade de sentidos atribuídos *hoje* à experiência da escravidão na era moderna.

Abre o volume o artigo *A Herança Musical da Escravidão: da criouliização à world music*, de Denis Constant-Martin (Centre d'Études d'Afrique Noire, Université de Bordeaux), pesquisador que reúne de forma instigante as competências do cientista político, do historiador e do musicólogo. Sua frase inicial é impactante: “Todas as músicas ditas hoje “populares” ou de “massa” derivam, de uma forma ou de outra, de práticas surgidas no seio de sociedades organizadas em torno da escravidão em territórios conquistados por europeus.” A memória da escravidão no artigo é problematizada como “herança musical” dos processos criativos que emergiram desses contatos, ocorridos “em condições específicas de desigualdade e de violência absolutas fundadas na negação da humanidade de pessoas deportadas”. Nos seus termos, a mestiçagem cultural e os processos de inovação dela decorrentes seriam resultantes imperativas do deslocamento em massa de pessoas para servirem como escravos, em qualquer das sociedades que conheceram a instituição, e para estudar o processo toma como exemplo os casos dos Estados Unidos e da África do Sul. Entre o muito que aprendemos no artigo, está que o contato cultural em situação de desigualdade não impede nem engendra formas

específicas de relações raciais, mas produz um nível acelerado de inovação cultural, que atinge igualmente senhores e escravos. Fruto da resistência do escravizado à desumanização, a mestiçagem cultural seria parte inerente às sociedades escravistas e sem dúvida uma herança positiva da escravidão às sociedades contemporâneas, em meio a tantos legados de iniquidade.

O segundo artigo do dossiê (*Aquele que salva a mãe e o filho*), da historiadora brasileira Ana Lucia Araujo, professora na Universidade de Howard nos Estados Unidos, nos transporta aos problemas colocados pelo processo de construção de uma memória pública da escravidão e do tráfico negroiro nas sociedades africanas contemporâneas. O tráfico atlântico de africanos escravizados para as Américas foi oficialmente considerado crime contra a humanidade pela ONU que, através da UNESCO, desenvolveu o projeto *A Rota dos Escravos*, como dever de memória e celebração das contribuições sócio-culturais da diáspora forçada de africanos. Também as condições de desequilíbrio que permitiram a colonização européia da África e a extrema pobreza do continente africano hoje se apresentam, pelo menos em parte, como decorrência do impacto do tráfico negroiro nas sociedades africanas. Neste contexto, a participação das elites africanas no mesmo é tema difícil no exercício da memória no continente ainda hoje. São as tensões entre a pluralidade de memórias sobre o tráfico negroiro e o movimento de patrimonialização da memória da escravidão como crime contra a humanidade no Benin, após a redemocratização do país, que estão no cerne da discussão apresentada por Ana Lucia Araujo em torno da abertura ao público, em Ajudá, do Memorial a Francisco Felix de Souza, negroiro brasileiro radicado no então reino do Daomé, no século XIX.

Os dois artigos seguintes voltam-se para a história da memória da escravidão no Brasil em relação com o processo transnacional de patrimonialização da escravidão e do tráfico como crime da humanidade ainda em curso. Como vimos no caso do Benin, são inúmeras e muitas vezes concorrentes e conflituosas as memórias públicas sobre a escravidão engendradas nesse contexto. Os artigos selecionados procuram dar conta de dois aspectos importantes e diferenciados do momento atual.

O de Matthias Assunção (*A memória do cativo no Maranhão*), historiador da Universidade de Essex, no Reino Unido, pesquisador associado ao LABHOI/UFF e professor visitante na nossa Universidade no ano de 2007, retoma aquele que tem sido o mote principal do projeto *Memórias do Cativo*,

desde sua implementação no LABHOI em 1994 – dar visibilidade à memória familiar da experiência do cativo presente entre os descendentes da última geração de escravizados no Brasil. Com este objetivo, Assunção revistou as transcrições de entrevistas por ele realizadas ainda no início dos anos 80, no Maranhão, tendo como questão principal a memória da Balaiada, guerra civil que arrasou a região na primeira metade do século XIX. A força da memória do tempo do cativo, vivido por pais ou avós dos camponeses então entrevistados emerge com uma força surpreendente, levando-nos mais uma vez a constatar quão próxima ainda é a experiência escravista da realidade do Brasil contemporâneo. O artigo nos faz também indagar sobre o silêncio em que essa memória permaneceu até recentemente. Memória subterrânea, antes enquadrada pelo medo e a ética paternalista, emerge à cena pública através da pesquisa de um historiador e adquire novos significados. Tem-se, assim, uma espécie de efeito secundário da explosão memorial contemporânea, sempre criticada nos seus aspectos superficiais e homogeneizadores por historiadores e cientistas sociais – a emergência de memórias específicas de grupos marginalizados que funcionam como chave para novas leituras do passado.⁴

O reverso desse processo é a produção de contra discursos públicos e generalizantes sobre a história da escravidão e da abolição no Brasil e sua apropriação por grupos marginalizados em luta por cidadania. É o que acompanhamos no último artigo, sobre uma encenação memorial e educativa levada a efeito pela mãe de santo de um terreiro de candomblé na Baixada Fluminense. O *Navio Negreiro*, artigo de Francine Saillant, antropóloga da Universidade de Laval, no Canadá, transcreve e analisa a narrativa discursiva e corporal sobre a memória da escravidão produzida naquele contexto, bem como seus significados de reconfiguração de identidade. O artigo complementa, e dialoga com, o filme de pesquisa de mesmo título, apresentado na primeira versão do festival do filme de pesquisa sobre patrimônio e memória da escravidão moderna, e disponível em DVD no acervo do LABHOI/UFF, na Biblioteca Central do Gragoatá.

Boa leitura.

⁴ Sobre o tema, ver também Chivallon, Christine. « Mémoires de l'esclavage à la Martinique L'explosion mémorielle et la révélation de mémoires anonymes ». Cahiers D'Etudes Africaines. N. 197, 2010/1.